Desafios APUB - contribuição à PlenCUT

A **Central Única dos Trabalhadores (CUT)** nasceu como uma afirmação da liberdade sindical em um contexto de repressão, autoritarismo e ausência de direitos democráticos. Sua criação, em 1983, representou uma ruptura histórica com o peleguismo e uma aposta na construção de um sindicalismo classista, combativo, democrático e autônomo. A CUT se constituiu como uma ferramenta da classe trabalhadora na luta por transformações estruturais na sociedade brasileira. Hoje, não obstante a consolidação da organização dos trabalhadores em suas organizações, em contexto democrático, a defesa da liberdade sindical continua sendo um princípio essencial a ser reafirmado também no interior dos movimentos sindicais.

O **sindicalismo no serviço público** enfrenta contradições próprias: ao mesmo tempo em que sustenta direitos fundamentais para toda a sociedade, como saúde, educação e segurança, sofre com ataques orçamentários, desvalorização profissional e tentativas recorrentes de reformas administrativas que visam desmontar o Estado. Em meio à queda da arrecadação, à retração de filiações sindicais e à precarização das condições de trabalho, o desafio é garantir a capacidade de mobilização, diálogo e construção de um projeto coletivo de valorização do serviço público.

No campo da **educação**, esses desafios se intensificam. A categoria docente cumpre um papel duplo: é trabalhadora e também gestora da política pública educacional. A precarização das instituições de ensino, os cortes de recursos, o desmonte das políticas de ciência e tecnologia têm impactos diretos sobre a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como das condições de trabalho dos trabalhadores da educação. Defender os direitos da categoria docente é, ao mesmo tempo, defender a universidade pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade que alcance cada vez mais estratos da sociedade historicamente excluídos.

Educação, orçamento e projeto de país

Os principais inimigos da educação, dos serviços públicos e dos direitos sociais fundamentais previstos na Constituição são aqueles que querem manter o Brasil como pagador de juros, submetido ao superavit primário e exportador de commodities. Para termos recursos para uma indústria moderna, um desenvolvimento sustentável, para programas sociais que reduzam a desigualdade, para a educação e a saúde pública é necessário enfrentar a disputa do orçamento nacional: a redução da taxa de juros, a progressividade tributária e a soberania no uso dos recursos públicos.

Sem essa disputa de fundo, não conseguiremos garantir orçamento para aumentar os recursos da educação, valorizar salários ou expandir matrículas. Lutar por justiça fiscal, por reforma tributária com taxação dos super-ricos, e por maior protagonismo do Estado em políticas estratégicas — como a retomada do papel das estatais, como a Petrobras — é também lutar pela sustentação da universidade pública.

Nesse sentido, o movimento docente, bem como todo sindicalismo do serviço público, precisa compreender que **a luta por carreira, por orçamento e a luta por um projeto de país são inseparáveis**. Todas faces de uma mesma luta.

Memória, crítica e estratégia

Precisamos retomar investimentos interrompidos há anos e, ao mesmo tempo, recuperar defasagens históricas em educação e serviços públicos. Tivemos uma grande vitória na última eleição, o que rendeu aumentos acima da inflação para todo o serviço público e classe trabalhadora no geral. Contudo, os entraves no parlamento e na disputa orçamentária que são a cena das disputas entre as frações de classe atualmente, impediram a nossa capacidade de reconstruir o Brasil nos patamares vividos antes do golpe.

Nas experiências dos governos Lula e Dilma, e no atual governo se repetiu um elemento semelhante, parte do movimento docente e do funcionalismo público adotou posturas inconsequentes, tratando o governo como seu principal inimigo. Infelizmente, não conseguimos construir no interior dessa parcela da classe um entendimento sobre quem são os nossos verdadeiros inimigos. Perdemos tempo e energia com disputas internas no campo da esquerda, enquanto deveríamos analisar, denunciar e combater os setores que fundamentalmente nos opõem, o bolsonarismo e o rentismo-primarismo.

Não podemos repetir os mesmos erros. O risco do retorno de um projeto de desmonte e de combate às universidades e à cultura está logo ali. É preciso mobilizar para que possamos avançar no executivo e parlamento. Disputar a sociedade e fortalecer alianças sociais em torno da educação e do serviço público. O caminho não é a subordinação, mas tampouco o isolamento. A CUT pode e deve ser espaço estratégico para contribuir com essa tarefa no interior do movimento docente e do sindicalismo do serviço público.

Sindicalismo no serviço público: lutas específicas e novas estratégias

A luta sindical no setor público tem suas especificidades. A "importação" mecânica de métodos e análises do setor privado produz distorções, como a ideia de que o "governo é o patrão" e que a "greve é a única forma de luta". A disputa do orçamento público, o fortalecimento do vínculo com a população, a ocupação de espaços institucionais e a construção de novas formas de pressão social também são formas legítimas de luta.

Por isso, é urgente **regulamentar a negociação coletiva no setor público**. E esse processo precisa ser feito com protagonismo de entidades como o PROIFES, em articulação com a CUT. Do contrário, ficaremos à mercê de articulações baseadas em uma lógica de oposição sistemática ao governo, que ignora as necessidades do povo e a complexidade do momento político.

Liberdade sindical e o papel obstrutivo do ANDES-SN

A liberdade sindical é um princípio fundamental que garante aos trabalhadores o direito de se organizar, formar e se filiar a sindicatos de sua livre escolha, bem como o de constituir entidades representativas sem interferência do Estado ou dos empregadores. Esse direito está consagrado em convenções internacionais, como a Convenção 87 da OIT e é parte essencial da construção de democracias robustas e sociedades com justiça social. A liberdade sindical assegura que os trabalhadores possam negociar coletivamente, defender seus interesses e exercer pressão legítima por melhores condições de trabalho, salários dignos e proteção social. Historicamente, foi por meio dessa liberdade que categorias conquistaram direitos elementares, como jornada de oito horas, férias, previdência e proteção contra demissão arbitrária.

Em contextos de disputa entre entidades, a liberdade sindical ganha ainda mais relevância. Ela impede que uma entidade busque hegemonia à revelia da vontade da base, garantindo que os próprios trabalhadores possam escolher qual sindicato melhor os representa. Esse princípio é essencial para evitar tentativas de monopólio sindical disfarçadas de reestruturação, especialmente quando envolvem manobras para obtenção de cartas sindicais mais amplas ou a deslegitimação de entidades menores, porém ativas. Em disputas concretas, como as que envolvem mudanças de base territorial ou de representatividade, a liberdade sindical protege a autonomia da classe trabalhadora diante de interesses políticos ou institucionais que pretendam instrumentalizar os sindicatos. Ela é, portanto, um pilar da democracia operária e da pluralidade do movimento sindical.

Se a CUT nasceu da luta pela liberdade sindical, autonomia organizativa e direito de livre associação, é fundamental que essas mesmas bandeiras sejam defendidas também dentro do movimento sindical docente. No entanto, o que temos testemunhado por parte da direção do ANDES-SN é uma prática sistemática de restrição à liberdade de organização sindical nas universidades, dificultando ou impedindo o surgimento de sindicatos autônomos e pressionando docentes a permanecer vinculados como seções sindicais.

A criação do Grupo de Trabalho de Organização Sindical das Oposições (GTO), aprovada no 67º CONAD, formaliza essa política. Com base em uma retórica agressiva e polarizadora, o GTO define como objetivo explícito a articulação de forças que resistam à constituição de entidades independentes do ANDES. Nos materiais públicos do grupo, fica evidente o desprezo e a hostilidade às entidades que compõem a federação PROIFES, tratadas como “fantoches”, “braços sindicais de governos de conciliação de classes” e representantes de uma “burocracia degenerada”.

Mais do que uma divergência ideológica, trata-se de uma prática centralizadora, excludente e hostil à diversidade de experiências organizativas no movimento docente. Para sustentar essa intervenção política, o ANDES-SN destina recursos financeiros nacionais para custear atividades de oposições internas, bancando a participação em cursos, reuniões, seminários e encontros, com o claro objetivo de desestabilizar ou impedir a consolidação de sindicatos livres que não estejam subordinados à sua estrutura nacional.

Esse ataque à liberdade sindical não se limita às entidades docentes: a própria CUT tem sido alvo sistemático de desconstrução por parte das oposições vinculadas ao GTO. Em panfletos, falas públicas e materiais de formação, a CUT é reiteradamente rotulada como “central pelega”, “governista” e “traidora da classe trabalhadora”, numa tentativa de deslegitimar seu papel histórico e sua atual capacidade de articulação em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Há ainda um questionamento recorrente sobre a legitimidade de entidades docentes que não sejam seções sindicais do ANDES se filiarem à CUT, como se a estrutura sindical devesse estar limitada por decisões de uma única organização nacional. Esse argumento tenta criar uma barreira formalista e excludente à filiação, numa clara violação ao princípio de autonomia sindical defendido pela própria CUT.

A APUB tem uma história distinta nesse processo. Quando o ANDES-SN decidiu romper com a CUT, nós tomamos a decisão de permanecer filiados, reafirmando nosso compromisso com uma central que representa o conjunto da classe trabalhadora brasileira e que tem sido fundamental na luta pela democracia, pelos direitos sociais e pela valorização do serviço público. Enfrentamos pressões e tentativas de silenciamento, mas nos mantivemos firmes em defesa da autonomia da base e da nossa identidade sindical.

Hoje, reafirmamos esse posicionamento. Não aceitaremos que a liberdade sindical seja sufocada em nome de um centralismo autoritário, e muito menos que se tente deslegitimar a CUT — uma central construída com o sangue e a luta de milhares de trabalhadoras e trabalhadores — por meio de campanhas internas difamatórias. O caminho que queremos construir é outro: plural, democrático, estratégico e comprometido com a defesa da educação pública e do serviço público como pilares de um Brasil soberano e justo.

A luta sindical que travamos não se limita ao nosso local de trabalho. É uma luta por projeto de país, por soberania, por dignidade e por democracia. A CUT é parte fundamental dessa construção, e a APUB seguirá na defesa de uma atuação sindical autônoma, comprometida com a categoria, mas também com o povo brasileiro.Consideramos fundamental que possamos unir esforços para fazer avançar no movimento sindical docente uma estratégia democrática e popular.